



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0036410-02.2006.8.17.0001 (0261432-8)

AGRAVANTE : FUNAPE
PROCURADOR : EMANNUEL BECKER TORRES
AGRAVADO : ROSALVO RAMOS DE ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO : SERGIO HIGINO DIAS DOS SANTOS FILHO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO LEGAL. DELEGADO DE POLÍCIA. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. APLICAÇÃO DAS LEIS Nº 12.204/2002 E 12.635/2004. PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO REJEITADAS. AGRAVO LEGAL DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - Em caso de ato omissivo da Administração Pública, de forma continuada, consistente na ausência do pagamento de reajuste, benefício ou vantagem que o servidor entende devido, o prazo decadencial para impetrar o Mandado de Segurança se renova a cada mês, de modo que não se configura a decadência ou a prescrição de fundo de direito, mas apenas a impossibilidade de se pleitear as parcelas anteriores ao quinquênio que antecede o ajuizamento da ação, nos moldes da Súmula 85 do c. STJ.

II - A pretensão de obter revisão anual de vencimentos é reconhecida no ordenamento jurídico brasileiro, precipuamente no art. 37, X, da CRFB/88, de modo que o pedido é juridicamente possível.

III - Os aumentos percentuais da Gratificação de Função Policial (para 130% e 165%) não têm o condão de excluir os Delegados de Polícia da incidência das leis 12.204/2002 e 12.635/2004, porquanto já faziam *jus* ao percentual anteriormente fixado em 225%, por intermédio da Lei 11.568/1998.

IV - Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 20 de MAIO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



436
B36

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0036410-02.2006.8.17.0001 (0261432-8)

AGRAVANTE : FUNAPE
PROCURADOR : EMANNUEL BECKER TORRES
AGRAVADO : ROSALVO RAMOS DE ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO : SERGIO HIGINO DIAS DOS SANTOS FILHO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Legal interposto pela Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557, §1-A, do Código de Ritos, deu provimento ao recurso de Apelação nº 0261432-8.

2. Em suas razões, a Apelante sustenta, preliminarmente, a impossibilidade jurídica do pedido, bem como suscita a ocorrência dos institutos da decadência e da prescrição de fundo de direito. No mérito, sustenta, em apertada síntese, que nos termos das leis invocadas pelos recorrentes, apenas fazem jus ao incremento remuneratório em questão, os servidores elencados no Anexo I, dentre os quais não se encontram os Delegados de Polícia, diante de aumento anteriormente concedido à categoria.

Requer, ao final, que esta relatoria retrate-se da decisão vergastada ou, em não havendo juízo de retratação, que o presente agravo seja submetido à apreciação da e. Câmara, no sentido de reformar a decisão monocrática hostilizada.

É, no essencial, o relatório.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 20 de Maio de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



137
2

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0036410-02.2006.8.17.0001 (0261432-8)

AGRAVANTE : FUNAPE
PROCURADOR : EMANNUEL BECKER TORRES
AGRAVADO : ROSALVO RAMOS DE ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO : SERGIO HIGINO DIAS DOS SANTOS FILHO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO LEGAL. DELEGADO DE POLÍCIA. REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. APLICAÇÃO DAS LEIS Nº 12.204/2002 E 12.635/2004. PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO REJEITADAS. AGRAVO LEGAL DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - Em caso de ato omissivo da Administração Pública, de forma continuada, consistente na ausência do pagamento de reajuste, benefício ou vantagem que o servidor entende devido, o prazo decadencial para impetrar o Mandado de Segurança se renova a cada mês, de modo que não se configura a decadência ou a prescrição de fundo de direito, mas apenas a impossibilidade de se pleitear as parcelas anteriores ao quinquênio que antecede o ajuizamento da ação, nos moldes da Súmula 85 do c. STJ.

II - A pretensão de obter revisão anual de vencimentos é reconhecida no ordenamento jurídico brasileiro, precipuamente no art. 37, X, da CRFB/88, de modo que o pedido é juridicamente possível.

III - Os aumentos percentuais da Gratificação de Função Policial (para 130% e 165%) não têm o condão de excluir os Delegados de Polícia da incidência das leis 12.204/2002 e 12.635/2004, porquanto já faziam *jus* ao percentual anteriormente fixado em 225%, por intermédio da Lei 11.568/1998.

IV - Agravo Legal desprovido.

Vistos e examinados etc.

1. Da análise das razões recursais da Agravante, infere-se que os fundamentos por ela esposados não são suficientes para modificar a decisão monocrática prolatada, razão pela qual, nesta oportunidade, socorro-me dos fundamentos nela encampados.

2. *Ab initio*, tratando-se de relação de trato sucessivo, não há que se falar em prescrição de fundo de direito ou em decadência.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



13/8

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

para o deslinde da questão levantada foram abordados. Ademais, a jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que o julgador não está adstrito a responder a todos os

argumentos das partes, desde que fundamente sua decisão.

2. O STJ pacificou entendimento no sentido de que em se tratando de ato omissivo continuado, consistente no não pagamento de reajuste, benefício ou vantagem que o servidor entende devido, o prazo decadencial para impetrar o Mandado de Segurança se renova mês a mês (continuamente), por envolver obrigação de trato sucessivo. Aplicação da Súmula 83/STJ. Precedentes: AgRg no RMS 29.218/MS, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 13/08/2009, DJe 08/09/2009; REsp 1188603/MS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 11/05/2010, DJe 20/05/2010; AgRg no Ag 901.799/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 13/04/2010, DJe 03/05/2010; AgRg no RMS 26.555/MS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 20/10/2009, DJe 16/11/2009.

3. Esta Corte Superior já pacificou o entendimento de que é inviável o exame de suposta afronta ao art. 6º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil em sede de recurso especial, por se tratar de norma de natureza constitucional. Precedentes: AgRg no Ag 449.294/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 9.4.2007; AgRg no Ag 756.144/BA, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 5.2.2007; AgRg no Ag 513.483/RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 24.4.2006; AgRg no Ag 489.676/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ de 27.3.2006; AgRg no REsp 345.750/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Castro Filho, DJ de 13.3.2006.

4. No caso presente, os óbices que inviabilizaram o seguimento do recurso especial pela alínea a do permissivo constitucional também inviabiliza seu prosseguimento pela alínea c do mesmo permissivo. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1.313.017/MS, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 14.10.2010);

3. Igualmente não acolho a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, uma vez que a pretensão dos impetrantes, no sentido de obter revisão anual de vencimentos, é reconhecida no ordenamento jurídico brasileiro, precipuamente no art. 37, X, da CRFB.

Rejeitadas as preliminares, passo à análise do mérito.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



139

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

4. Cinge-se o cerne da controvérsia à possibilidade ou não de extensão dos percentuais de 4% (quatro por cento), de que tratam as leis 12.204/2002 e 12.635/2004, aos apelantes, todos Delegados da Polícia Civil aposentados.

5. Com efeito, as Leis invocadas pelos impetrantes, ora apelantes, de fato veicularam hipótese de revisão geral de remuneração.

Explico.

A revisão geral constitucionalmente prevista tem por desiderato a recomposição, isonômica e geral, do poder aquisitivo da remuneração dos servidores.

A Lei nº 12.204/2002 faz referência expressa de que se propõe à revisão geral constitucional, nos termos de sua ementa. Vejamos:

Dispõe sobre revisão geral, em conformidade com o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, dos valores nominais do vencimento base dos servidores públicos da Administração Direta, Fundacional e Autárquica do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

Assim, disciplinou no âmbito do Poder Executivo deste Estado, o direito constitucional dos servidores públicos à revisão geral anual em seus vencimentos e bem assim procedeu à citada revisão para o exercício de 2002, fixando o respectivo índice em 4% (quatro por cento), deixando consignado, em seu art. 1º, §1º, que:

Serão deduzidos da revisão os percentuais concedidos no exercício anterior, decorrentes de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, criação e majoração de gratificações ou adicionais de todas as naturezas e espécie, adiantamentos ou qualquer outra vantagem inerente aos cargos ou empregos públicos.

6. Todavia, a lei 12.204/2002 ressalva que tal percentual se destina tão somente a determinadas categorias e não a todos os servidores do Poder Executivo estadual, consoante se depreende da leitura conjugada de seus artigos 3º e 4º, senão vejamos:

Art. 3º Terão direito à revisão de que tratam os artigos anteriores, os servidores públicos do Poder Executivo Estadual, pertencentes exclusivamente, aos cargos cujos símbolos de níveis estão relacionados no Anexo I da presente Lei.

Art. 4º Aos servidores públicos do Poder Executivo pertencentes aos cargos cujos símbolos de níveis elencados no Anexo II da presente Lei, que correspondem às categorias que obtiveram acréscimo remuneratório

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



590
J

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Uma vez que o Juízo *a quo* entendeu pela decadência do direito de impetração do presente *writ*, impende destacar que a jurisprudência do c. Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, em caso de ato omissivo da Administração Pública, de forma continuada, consistente na ausência do pagamento de reajuste, benefício ou vantagem que o servidor entende devido, o prazo decadencial para impetrar o Mandado de Segurança se renova a cada mês.

Tem aplicação, pois, a Súmula 85 do c. STJ, uma vez que a questão envolve relação de trato sucessivo e não houve negativa do próprio direito reclamado pelo impetrante, de nada servindo, para fins de prazo decadencial, a certidão de fl. 55, a qual apenas certifica o não pagamento do reajuste, e não possui o condão de conceder ou negar o benefício.

Pela importância, trago à colocação precedentes do c. STJ que corroboram com o entendimento ora esposado. Vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. ATO OMISSIVO CONTINUADO. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, em se cuidando de ato omissivo continuado, que envolve obrigação de trato sucessivo, o prazo para o ajuizamento da ação mandamental renova-se mês a mês, não havendo falar em decadência, tampouco em prescrição. Precedentes: REsp 1.273.946/AM, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 12.3.2012; e REsp 1.188.311/AM, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13.10.2011.

2. Agravo Regimental não provido (AgRg no REsp 1.320.586/AM, 2ª Turma, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe de 3.10.2012);

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. VENCIMENTOS. ADICIONAL DE FUNÇÃO. VANTAGEM PESSOAL. ATO OMISSIVO CONTINUADO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. DECADÊNCIA NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. PRINCÍPIOS PREVISTOS NO ART. 6º DA LICC. NATUREZA CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. Não houve violação do art. 535, II, do CPC, uma vez que os arestos recorridos estão devidamente fundamentados e todos os temas relevantes

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



191

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

no exercício anterior, igual ou superior ao índice de 4% (quatro por cento), fica vedada a concessão da revisão de que trata a presente Lei.

Quanto à Lei nº 12.635/2004, é de se destacar que, em que pese não se refira expressamente à revisão geral, seu projeto assevera que "*visa atender ao que preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, conferindo dito reajuste a partir dos critérios de isonomia e de compatibilidade orçamentária*", o que evidencia, além da quantidade considerável de categorias beneficiadas, o caráter de norma veiculadora de revisão geral.

Ocorre que a supracitada norma também estabelece que o percentual de 4% apenas se destina a determinadas categorias, dentre as quais não se inserem os Delegados da Polícia Civil, *in verbis*:

Art. 1º Ficam reajustados, no percentual de 4% (quatro por cento), a partir de 1º de junho de 2004, os valores nominais do vencimento base dos servidores públicos civis da administração direta, fundacional e autárquica do Poder Executivo Estadual, exclusivamente ocupantes dos cargos cujos símbolos de níveis estejam relacionados no Anexo I da presente Lei.

7. Pois bem. *In casu*, os aumentos percentuais da Gratificação de Função Policial (para 130% e 165%), utilizados como argumento para a exclusão dos apelantes da incidência das normas ora analisadas, não representaram, de fato, aumento da remuneração dos Delegados, visto que os apelantes/impetrantes já faziam *jus* ao percentual anteriormente fixado em 225%, por intermédio da Lei 11.568/1998, o qual foi reconhecido por este e. Tribunal de Justiça, quando do julgamento do Mandado de Segurança Coletivo nº 143.216-4, bem como pelo c. Supremo Tribunal Federal, no Agravo de Instrumento nº 401.337-1, sob os quais já repousa o manto da coisa julgada.

Pela importância, segue o posicionamento do c. STF no AI nº 401.337-1, consubstanciado no ementário abaixo colacionado:

E M E N T A: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITOS INSCRITOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (DEVIDO PROCESSO LEGAL E GARANTIA DA AMPLITUDE DE DEFESA) - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - DIREITO LOCAL (LEI Nº 11.568/98 DO ESTADO DE PERNAMBUCO) - ELEVAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO POLICIAL (225%) - DIPLOMA LEGISLATIVO QUE NÃO EXCLUIU, DA PERCEPÇÃO DE TAL VANTAGEM PECUNIÁRIA, OS DELEGADOS DE POLÍCIA, PERITOS CRIMINAIS E MÉDICOS E ODONTÓLOGOS LEGISTAS, EM SUA CONDIÇÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - INTERPRETAÇÃO ESTRITA DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL -

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



592
J

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

INOCORRÊNCIA DA HIPÓTESE VERSADA NA SÚMULA 339/STF - PRESSUPOSTOS DE SUA APLICABILIDADE (CONSIDERAÇÕES) - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE, DA SÚMULA 636/STF - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO IMPROVIDO. (AI 401337 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 14/06/2005, DJ 02-09-2005)

8. É de bom alvitre assentar, ademais, a possibilidade de se compensar, do índice de revisão geral, os percentuais de aumento eventualmente concedidos a categorias isoladas, ao longo do ano imediatamente antecedente ao da revisão.

Nesse sentido, colha-se:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI FEDERAL 10331/01 QUE REGULAMENTA A REVISÃO GERAL E ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. ARTIGO 3º: POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DOS ADIANTAMENTOS OU QUAISQUER OUTROS AUMENTOS CONCEDIDOS NO EXERCÍCIO ANTERIOR. CONSTITUCIONALIDADE. 1. O inciso X do artigo 37 da Carta Federal autoriza a concessão de aumentos reais aos servidores públicos, lato sensu, e determina a revisão geral anual das respectivas remunerações. Sem embargo da divergência conceitual entre as duas espécies de acréscimo salarial, inexistente óbice de ordem constitucional para que a lei ordinária disponha, com antecedência, que os reajustes individualizados no exercício anterior sejam deduzidos da próxima correção ordinária. 2. A ausência de compensação importaria desvirtuamento da reestruturação aprovada pela União no decorrer do exercício, resultando acréscimo salarial superior ao autorizado em lei. Implicaria, por outro lado, necessidade de redução do índice de revisão anual, em evidente prejuízo às categorias funcionais que não tiveram qualquer aumento. 3. Espécies de reajustamento de vencimentos que são inter-relacionadas, pois dependem de previsão orçamentária própria, são custeadas pela mesma fonte de receita e repercutem na esfera jurídica dos mesmo destinatários. Razoabilidade da previsão legal. Ação direta improcedente. (STF - ADI: 2726 DF, Relator: Min. MAURÍCIO CORRÊA, Data de Julgamento: 05/12/2002, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 29-08-2003)

Destaco, ainda, que em caso de lei superveniente que majore a remuneração dos impetrantes, é de se reconhecer que esse novel padrão remuneratório representa o montante efetivamente desejado pelo legislador na ocasião, caso em que este haverá de absorver, no todo ou em parte, conforme o caso, o aumento decorrente de ordem judicial, na ocasião não considerado pelo legislador positivo à época do aumento voluntário.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



543
J

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Nesse sentido, trago à colação trecho do elucidativo voto proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 143234-2, pelo d. desembargador Francisco Bandeira de Mello:

Penso, nesse contexto, que a revisão não incide sobre o novo e superveniente padrão remuneratório fixado pelo legislador, no exercício de sua competência própria, sendo este novel padrão, em última análise, a expressão da escolha político-administrativa acerca do nível de remuneração a ser atribuída a determinada categoria de servidores, à vista da realidade concreta das necessidades do serviço e das possibilidades dos cofres públicos.

(...)

Trata-se, em verdade, de aplicar à hipótese de que aqui se cogita, o mesmo tratamento jurídico adotado pelo Supremo Tribunal Federal nos processos relativos às diferenças resultantes da conversão da URV para o Real, de modo a evitar que os aumentos obtidos por força de decisão judicial, não incidam em repique por sobre aumentos outros concedidos espontaneamente pela administração pública ao longo do curso do processo que originou a decisão majoradora.

(...)

Mesmo nesta hipótese, cuido ser conveniente o registro aqui consignado, em ordem a evitar desinteligências seja na fase de liquidação, seja quanto aos efeitos, em relação aos impetrantes, de lei que no futuro venha a fixar novos padrões remuneratórios para os Delegados, o que evidentemente cedo ou tarde virá a ocorrer.

9. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 20 de MAIO de 2014.

Jorge Américo P. de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



594
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0261432-8 (N.P.U. 0036410-02.2006.8.17.0001)

Agravante: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Agravados: Rosalvo Ramos de Almeida e outros

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

VOTO - VISTA

Trata-se de Recurso de Agravo contra Decisão Terminativa que deu provimento ao apelo de Rosalvo Ramos de Almeida e outros, pra reformar a sentença, concedendo a segurança pleiteada, a fim de que sejam implantados em favor dos impetrantes, ora agravados, os percentuais de 4% fixados pelas Leis Estaduais nºs 12.204/2002 e 12.635/2004, com efeitos a partir da impetração (fls. 544/551).

A questão controversa cinge-se em saber se os impetrantes possuem direito às revisões gerais estabelecidas pelas Leis nº 12.204/2002 e 12.635/2004, em consonância com o que dispõe o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, *in verbis*:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Como se vê, os servidores públicos possuem direito constitucionalmente garantido à revisão geral anual de suas remunerações.

No caso, dispôs o art. 2º da Lei nº 12.204/2002:

Art. 2º. Para o exercício 2002, os valores nominais do vencimento base dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual, ficam revisados no percentual de 4% (quatro por cento), a partir de 1º de abril de 2002.

Quanto a Lei nº 12.635/2004, embora mencione reajuste de valores nominais de vencimento-base para determinadas categorias, sua natureza é de norma veiculadora de revisão geral, uma vez que o projeto do qual resultou referida norma, encaminhado ao Poder Legislativo pelo Governador do Estado, visava “atender ao que preceitua o art. 37, inciso X,



T95
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

da Constituição Federal, conferindo dito reajuste a partir dos critérios de isonomia e de compatibilidade orçamentária”.

No caso presente, os Delegados de Polícia, por meio da Lei nº 12.124/2001, foram contemplados com o reajuste da gratificação de atividade policial de 100% (cem por cento) para 130% (cento e trinta por cento) e deste montante para 165% (cento e sessenta e cinco por cento), por força da Lei nº 12.635/2004, restando deduzidas as revisões gerais de 4% concedidas ao funcionalismo público.

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento no sentido de que, uma vez reorganizados ou reestruturados os cargos e carreiras de determinada categoria, com reajustes específicos, resta possível à Administração deduzir tais percentuais da referida revisão geral anual.

Saliente-se a disposição contida no artigo 4º da Lei nº 12.204/2002:

Art. 4º Aos servidores públicos do Poder Executivo pertencentes aos cargos cujos símbolos de níveis elencados no Anexo II da presente Lei, que correspondem às categorias que obtiveram acréscimo remuneratório no exercício anterior, igual ou superior ao índice de 4% (quatro por cento), fica vedada a concessão da revisão de que trata a presente Lei.

Desse modo, resta incontroversa a possibilidade de compensação de eventuais reajustes concedidos com a revisão geral e anual.

Entretanto, os reajustes da Gratificação de Função Policial, de 100% para 130% e, depois, para 165%, concedidos aos recorrentes, por meio das Leis nºs 12.124/2001 e 12.635/2004, respectivamente, pretenderam apenas antecipar o percentual da referida Gratificação que estava sendo discutida em Juízo, no Mandado de Segurança Coletivo nº 47.851-4, no qual restou concedida a segurança, para reconhecer o valor do percentual de 225% estabelecido pela Lei nº 11.568/1998.

Assim, não assiste razão ao Estado de Pernambuco ao pretender compensar o percentual de 4%, concedido aos servidores públicos através das revisões anuais promovidas pelas Leis Estaduais nºs 12.204/2002 e 12.635/2004, no que respeita aos Delegados de Polícia, sob a alegação de que os mesmos haviam sido contemplados com os reajustes da Gratificação de Função Policial por meio das Leis nºs 12.124/2001 e 12.635/2004, pois, na realidade, desde a edição da Lei nº 11.568/1998, o percentual de 225% já lhes havia sido

BRK



596
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

assegurado, não importando o fato de o trânsito em julgado do Mandado de Segurança só ter ocorrido em 2005.

Desse modo, a revisão geral anual de vencimentos, que aumentou os vencimentos dos servidores públicos em virtude da perda do valor aquisitivo da moeda, deve alcançar todos os servidores, indistintamente, devendo, portanto, ser concedida aos Delegados de Polícia ora recorridos.

Esse entendimento encontra-se pacificado nesta Corte Estadual, como se vê nos arestos transcritos a seguir:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR, DE DECADÊNCIA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA AUTORIDADE COATORA - REJEITADAS - DECISÃO UNÂNIME - MÉRITO - REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL - LEIS ESPECÍFICAS DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - PREVISÃO CONSTITUCIONAL - LIQUIDEZ E CERTEZA - PRESENÇA - SEGURANÇA CONCEDIDA POR UNANIMIDADE DE VOTOS. - O que os impetrantes objetivam, na espécie, é serem alcançados pela revisão geral anual, pretensão essa que encontra apoio no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, de sorte que o pedido é juridicamente possível. - A presente ação não impugna lei em tese, mas busca assegurar direitos individuais alegadamente violados de forma concreta, respeitantes à exclusão de categoria funcional de aumento geral de remuneração de servidores públicos, não havendo falar-se, portanto, em mandado de segurança contra ato normativo em tese. - Por a hipótese dos autos dizer respeito a pretensões de trato sucessivo, o prazo para a impetração do mandamus renova-se mês a mês, aí a razão de não se ter operada a decadência. - A autoridade coatora tem competência para arcar com as consequências do ato impugnado e para dar cumprimento a eventual concessão da ordem judicial, sendo, por isso mesmo, parte legitimada para figurar no pólo passivo da presente ação. - Uma vez que houve revisão geral de vencimentos pelas Leis Estaduais n.ºs 12.204, de 15 de maio de 02, e 12.635, de 14 de julho de 04, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, visando à reposição do poder aquisitivo dos vencimentos da esmagadora maioria dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual, nos termos do que prevê a Constituição Federal no art. 37, inciso X, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n.º 19/98 (princípio da

Edle



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

periodicidade, garantindo anualmente ao funcionalismo público uma revisão geral), os efeitos de tais Leis não de também ser estendidos aos servidores impetrantes, ocupantes de cargos de Delegados de Polícia. Em não sendo assim, ocorreria violação expressa a esse preceito constitucional, que obriga o Estado a não criar discriminações quando promover reajustes genéricos de vencimentos dos servidores públicos. (MS 0143230-4. Relator: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres. 2º Grupo de Câmaras Cíveis. Julgado em 08/05/2008).

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL: I- ATO OMISSIVO E DE TRATO SUCESSIVO - DECADÊNCIA NÃO CONFIGURADA; II- COMPETÊNCIA IMPETRADO - CUMPRIMENTO CONCESSÃO ORDEM; III- PRETENSÃO RESPALDADA LEI MAIOR; IV- DIREITO VIOLADO CONCRETAMENTE NÃO É LEI EM TESE. MÉRITO: IMPLANTAÇÃO PERCENTUAIS DE REVISÃO NOS TERMOS DAS LEIS ESTADUAIS 12.204/02 E 12.635/04 - SUPREMACIA CARTA MAGNA. (MS 0143231-1. Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo. 2º Grupo de Câmaras Cíveis. Julgado em 27/10/2010).

EMENTA - MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA AUTORIDADE APONTADA COATORA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRELIMINARES REJEITADAS. REVISÃO GERAL E ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS POR INTERMÉDIO DE LEI ESPECÍFICA DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PODER EXECUTIVO. PREVISÃO CONSTITUCIONAL. LIQUIDEZ E CERTEZA. PRESENÇA. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME. - O ato apontado como coator é de natureza omissiva, dizendo respeito à inércia do impetrado no que concerne à concessão das revisões perseguidas. Além disso, tratando-se de prestações de natureza continuada, o ato vergastado produz efeitos concretos mês a mês, renovando-se periodicamente o prazo de impetração do mandamus. Se ainda não há propriamente ato coator, parece incogitável pretender-se contar o prazo de 120 dias. Tanto é assim, que a Súmula nº 129 do STF admite o mandado de segurança contra "omissão da autoridade", mesmo quando existir recurso administrativo com efeito suspensivo; - Os impetrantes estão subordinados à Autoridade apontada como coatora; esta, por seu turno, para além de haver subscrito as Leis, tem a atribuição de planejar, desenvolver e coordenar os sistemas administrativos de gestão de pessoal. Nessa ordem de ideia, a autoridade tem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

competência para dar cumprimento a possível concessão da ordem, sendo, assim, legitimada para figurar no pólo passivo da relação mandamental; - Lição doutrinária atualizada esclarece que o pedido é juridicamente possível quando o ordenamento não o proíbe expressamente. No caso ora submetido à julgamento, a pretensão mandamental deduzida em Juízo encontra fundamento no artigo 37, inciso X da Constituição da República, pelo que, em tese, o pedido é juridicamente possível. Por outro lado, é de se assegurar o respeito ao princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário, segundo o qual "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça de direito" (artigo 5, inciso XXXV da CR). Retenha-se que essa matéria já foi objeto de julgamento por este 2º Grupo de Câmaras Cíveis, no MS 143.216-4 da relatoria do Des. Bartolomeu Bueno. - Como é do conhecimento de todos, o interesse processual reside na necessidade de a parte autora provocar o aparelhamento jurisdicional para obter um pronunciamento que lhe proporcione alguma utilidade, sob pena de não o fazendo, suportar um prejuízo. Na espécie, os impetrantes perseguem o reconhecimento do direito à percepção dos percentuais de revisão geral e anual de que trata o artigo 37 da Constituição da República, fixados pelas Leis n.ºs 12.204/02 e 12.635/04. E assim procedem sob o argumento de que tiveram os seus direitos líquidos e certos violados a partir do momento em que não foram alcançados pelas aludidas revisões. Não se está a atacar lei em tese; mas, bem ao contrário, busca-se assegurar direitos individuais concretamente violados; - O artigo 37, inciso X, da Constituição da República, assegura revisão geral e anual da remuneração dos Servidores Públicos por intermédio de lei específica de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. (MS 0143234-2. Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves. Julgado: 26/07/2007)

À luz do exposto, voto no sentido de negar provimento ao Recurso de Agravo, para manter a decisão terminativa de fls. 544/551 que concedeu a segurança pleiteada.

É como voto.

Recife, 03 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões